

**Duas monarquias em pranto: relato e notícia em *pliegos poéticos* sobre a morte da princesa Maria Manuela de Portugal (1545)\***

Ana Paula Torres Megiani  
Universidade de São Paulo – USP

**1. O poder dos vivos e dos mortos: alianças matrimoniais entre Portugal e Espanha na primeira metade do século XVI**

Nada pode ser mais ameaçador para a permanência do poder nas monarquias da Época Moderna do que a morte de um herdeiro legítimo. São incontáveis os conflitos resultantes de vacância de coroas devido à morte prematura de um príncipe, ou infante, jurado e desejado para reinar e governar. Embora as linhagens tenham predominância na transmissão pela via masculina, também as mortes de princesas e infantas ameaçavam a autonomia e solidez de uma casa reinante devido à interrupção na condição de geradoras de herdeiros. Para além dos vazios de poder provocados pelo desaparecimento de varões, a morte de princesas e infantas, mesmo que não fossem as herdeiras de coroas, causaram complicações nas composições políticas de casas reinantes. Prometidas logo após o nascimento e levadas ao matrimônio muito jovens, as mulheres deveriam gerar herdeiros o mais breve possível, no intuito de consolidar alianças políticas e fortalecer os vínculos políticos que delas dependiam. Mesmo as mais saudáveis, em geral não sobreviveram ao primeiro ou aos sucessivos partos, tornando-se apenas mais um nome na lista de falecidas antes de completarem duas dezenas de vida.

Seja pela comoção geral que atingia a todos, seja pela necessidade de demonstrar que a monarquia permanecia na cabeça do reino apesar da dor e do sofrimento pela perda de integrantes, os falecimentos de infantes, príncipes e princesas integraram, ao longo da Época Moderna, o conjunto de cerimônias públicas que as monarquias europeias incorporaram ao seu calendário de propaganda. Ao lado de nascimentos, casamentos, aclamações e outros marcos da vida das famílias reinantes, a morte também se tornou um momento de visibilidade pública na cultura política, atraindo artistas, poetas, músicos e cenógrafos que desejavam destacar-se na corte por meio de elogios fúnebres e outros gêneros de textos e representações que alcançassem a graça régia (Curto, 201-265).

Quando os reis Fernando de Aragão e Isabel de Castela se casaram, em 19 de novembro de 1469, era remota a existência de qualquer projeto de Império europeu e global sediado na Monarquia Hispânica. Contudo, na altura das mortes de Isabel em novembro de 1504 e de Fernando em janeiro de 1516, uma grande transformação na realidade política e territorial de seus domínios parecia completamente diversa daquela existente na ocasião de seu matrimônio. Castela e Aragão unidos concluem a guerra contra o último reino islâmico do território peninsular por meio da conquista de Granada em 1492, e no mesmo ano era realizada a travessia do Atlântico e a chegada à América pela esquadra de Cristóvão Colombo. Não estavam distantes os conflitos,

\* Esta pesquisa está sendo realizada no âmbito do Projecto *Literatura popular impresa en la Península Ibérica (s. XVI): catalogación de pliegos poéticos castellanos, catalanes y portugueses y estudio comparativo del área literario-cultural peninsular* (LIPOIMXVI) – dirigido pela Profa. Dra. Laura Puerto Moro na Universidad Complutense de Madrid/Espanha, e conta com apoio do Projeto Temático FAPESP *Uma História Conectada da Idade Média: comunicação e circulação a partir do Mediterrâneo* (HisCoMM) – dirigido pelo Prof. Dr. Marcelo Cândido da Silva na Universidade de São Paulo / Brasil <https://sites.usp.br/historiaconectada/>

conspirações e disputas, mas um edifício com fortes bases políticas estava sendo erigido.

No início do século XVI nota-se o reforço das alianças internas e externas entre as instâncias de poder nos reinos cristãos, incluindo a proximidade com a coroa de Portugal, com a qual já nesse momento estavam profundamente vinculados. Externamente aos reinos peninsulares, por meio da política matrimonial levada adiante por Fernando e Isabel, casam-se duas das infantas. A primeira, com o intuito de unir a Espanha ao Império Austríaco de Filipe I, que leva a mão de Joana em 1496, e em junho de 1509 Henrique VIII da Inglaterra desposa Catarina de Aragão. Em outra frente, por meio de empreitada decisiva contra as forças francesas, as tropas espanholas conquistaram o reino de Nápoles, conservando o poderio espanhol sobre o centro-sul da Península Itálica, e daí em grande parte do Mediterrâneo. Para completar o fenômeno de criação das bases de seu sistema de poder, Fernando e Isabel receberam o título de *Reis Católicos* das mãos de Alexandre VI, o espanhol Rodrigo Bórgia, feito papa também pela influência das alianças Aragão-Castela. Juntamente com o título vinha a missão de evangelizar os povos do novo mundo e eliminar a heresia de seus territórios, missão essa inaugurada pela criação do Tribunal do Santo Ofício em 1478 (Bennasar 1984). Todo o edifício erigido por essa política matrimonial, conquistadora, expansionista e aglutinadora esbarraria, contudo, no problema da sucessão da Coroa. A morte do príncipe de Astúrias, de D. Juan em 1497, o único filho homem de Fernando e Isabel, embaralhou o processo sucessório da Monarquia Católica, e a coroa de Espanha acabou por pousar na cabeça, precocemente gloriosa, de Carlos de Gante (1500-1558), o filho de Joana de Castela e Felipe da Borgonha. Desse modo, seria necessário aguardar para que os fundamentos do vasto Império espanhol dos séculos XVI e XVII alcançassem seu momento de consolidação quando passa a ser comandado por um futuro imperador Habsburgo a partir de 1516 (Bennasar 2001).

Embora seja indubitável o grau de oportunismo e de eficácia das políticas persecutórias e expansionistas da coroa hispânica a partir da unificação dos reinos, em sua tentativa de consolidação já se nota a ameaçadora fragilidade política no que parecia um sólido bloco erigido a fogo e sangue. Em 1517-1518 diversas comunidades, destacando-se castelhanos e valencianos, rebelam-se contra a chegada do príncipe Carlos de Gante ao reino acompanhado de sua corte borguinha, que em princípio não o reconheceram como monarca nos reinos hispânicos (Elliott 1991).<sup>1</sup> Mesmo sendo neto legítimo dos reis fundadores, Carlos era um estrangeiro que ameaçava a sempre difícil convivência entre as instituições castelhanas de tendência unificadora e o sistema aragonês de caráter mais pluralista, entre outros. Mas, por outro lado, o que os espanhóis não poderiam suspeitar era que a opção de Carlos por reinar a partir da Espanha “foi o fim brilhante e imprevisto, de uma política de alianças matrimoniais destinada a reforçar a presença dos Reis Católicos no cenário Europeu” (Bernard e Grujinski, 233).

Ao longo das três décadas seguintes o imperador Carlos V sustentou a coroa unificada do Sacro Império, tendo como meta primeira a manutenção e defesa de sua herança, relegando ao segundo plano sua ampliação. No âmbito da Europa central, o enfrentamento com as forças francesas de Francisco I foram a razão principal dessa tendência de preservação, buscando até o fim, mas sem êxito, a recuperação do Franco-Condado que lhe pertencia por tradição. Dois anos depois de seus generais terem mantido prisioneiro por meses o próprio monarca francês, a rivalidade franco-austríaca

<sup>1</sup> O tema é vasto, assim como a bibliografia relacionada. Aqui apenas nos restringimos a mencionar a questão enfrentada pela estabilização da aliança Castela-Aragão.

levou ainda o Imperador a cometer uma das manobras mais ousadas de toda história da cristandade, o Saque de Roma em 1527, no mesmo ano em que nascia o príncipe Filipe. Era uma reação deliberada à aliança firmada entre Francisco I e Clemente VII. Para além do Mediterrâneo a forte presença dos turcos e muçulmanos continuava sendo o principal desafio do sacro imperador católico.

Os laços dinásticos entre as coroas ibéricas continuaram a realizar uniões matrimoniais no intuito de fortalecer as relações políticas. Contudo, o destino da maioria desses matrimônios seria a morte, principalmente das esposas, em certos casos várias delas em sequência. No tocante a Portugal, o rei D. Manuel levou ao extremo a necessidade de vinculação entre as casas reais, casando-se sucessivamente com três princesas espanholas. Em 1497 contraiu matrimônio com D. Isabel, filha dos reis católicos, falecida de parto no ano seguinte. Em 1498, após a morte do príncipe D. Juan, D. Manuel e D. Isabel foram jurados em Toledo herdeiros dos reis católicos. Contudo, com a morte de D. Isabel após dar à luz ao príncipe D. Miguel da Paz em Zaragoça, o próprio D. Miguel acabou por ser jurado herdeiro único dos reinos de Portugal, Castela e Aragão. Pouco tempo duraria o elo de herança comum, pois em julho de 1500 D. Miguel da Paz faleceu em Granada, deitando por terra os planos de D. Manuel e dos reis de Espanha de garantir por juramento em Cortes a unificação dos reinos peninsulares. Em 1500, D. Manuel se casou novamente, então com a irmã mais nova de D. Isabel, a infanta D. Maria, falecida em 1517. E sua última tentativa ocorre com D. Leonor em 1518, irmã do Imperador Carlos V, três anos antes de falecer em 1521. O juramento do pequeno D. Miguel da Paz, contudo, seria utilizado mais tarde como fundamento jurídico por Felipe II de Espanha para reivindicar sua herança à coroa de Portugal em 1580 (Bouza 2000, 39-60).

Embora D. Manuel tenha buscado favorecer o ramo lusitano para unificação das coroas, também do lado castelhano/imperial o projeto era reforçado na nova geração de monarcas. Em 1526 Carlos V casou-se com D. Isabel (1503-1539), primogênita de D. Manuel, e D. Catarina (1507-1578), irmã mais nova do Imperador Carlos, casou-se com D. João III. Tal dupla de matrimônios inaugurou uma nova época no projeto de aliança que resultaria na consolidação do vasto império universal das monarquias ibéricas, hegemônicas até meados do século XVII (Braga; Labrador Arroyo). Desse modo, os matrimônios contentavam as expectativas portuguesas buscando garantir boas relações com o Sacro Império de Carlos V sem perder a autonomia. D. João III e D. Catarina geraram nove filhos, dos quais seis eram homens e três mulheres,<sup>2</sup> o que asseguraria a vantagem da sucessão ao reino lusitano em contrapartida a Carlos V e D. Isabel que geraram uma prole com apenas três, Felipe (1527-1598), Maria (1528-1603) e Joana (1535-1573).<sup>3</sup> Seja devido à consanguinidade, seja por outros fatores que afetavam a vida de recém-nascidos naquela altura, independentemente da condição ou categoria social, a maioria dos infantes e infantas lusos morreria logo após o nascimento. Nem os reis, nem o povo contavam, entretanto, com as repetidas ocorrências que levaram à morte de todos os infantes e infantas. Na tentativa de conter um desfecho crítico, consolida-se o acordo de casamento entre a princesa primogênita de Portugal, Maria Manuela, e o príncipe Felipe de Espanha, oficializado em Salamanca em 1543. Maria Manuela faleceria apenas dois anos depois, em Valhadolide, aos dezoito anos, após dar à luz ao príncipe D. Carlos, também ele de trágico destino. Em 1554 se realizaria o

<sup>2</sup> D. Afonso (1526), D. Maria Manuela (1527-1545), D. Isabel (1529), D. Beatriz (1530), D. Manuel (1531-1537), D. Felipe (1533-1539), D. Dinis (1535-1537), D. João Manuel (1537-1554), D. Antônio (1539-1540).

<sup>3</sup> O imperador teve vários filhos fora do casamento ou após a morte de sua esposa que, embora tenham sido reconhecidos, não entraram na linha sucessória da Monarquia Hispânica.

último dos matrimônios fadados ao desfecho fúnebre, entre D. Joana de Castela e o príncipe D. João de Portugal, logo após este completar dezesseis anos, podendo gerar filhos para a sucessão portuguesa e espanhola, cujo fruto foi o “desejado” D. Sebastião (1564-1578).

## 2. Maria Manuela: a arte da vida e da morte

Como vimos, a princesa Maria Manuela veio ao mundo em um momento de fortes expectativas de perpetuação da linhagem, bem como de consolidação de alianças políticas internas e externas iniciadas por seus pais e avós. Filha de rei e sobrinha de imperador, a princesa recebeu os cuidados e educação em ambiente de corte e de grande ebullição artística. Já pela ocasião do seu nascimento, em 1527, foi encenada a *Tragicomédia da Serra da Estrela* de autoria de Gil Vicente, em Coimbra. A obra, uma tragicomédia pastoril, tem como protagonista a Serra da Estrela caracterizada como pastora, acompanhada por um conjunto de personagens emblemáticas desse gênero teatral e que representam ao longo da trama a alegria da corte e o regozijo da população gerado pelo nascimento da infanta. Nessa altura, Gil Vicente estava com cerca de 62 anos de idade e encontrava-se em posição muito privilegiada na corte de D. João III e D. Catarina, gozando da proteção e do mecenato régio. Vale lembrar que o mesmo Gil Vicente escrevera e encenara sua primeira obra, *O Auto da Visitação*, também chamado o *Monólogo do Vaqueiro*, em homenagem ao nascimento do próprio D. João III em 1502 (Vicente; Buescu, 13-38). Tendo sido recebida neste mundo com tal homenagem de alegria, Maria Manuela teria de lidar ao longo de seus poucos anos de vida com as perdas de irmãos e irmãs, convivendo em uma corte progressivamente angustiada e entristecida por tantas mortes (Bouza 1998, 105-155). Em razão da instabilidade da descendência, seu casamento com o príncipe Felipe seria anunciado com celeridade e expectativa. As tratativas prévias do matrimônio foram desempenhadas por representantes diplomáticos, já que o futuro sogro e imperador encontrava-se constantemente em campos de batalha.

Casar-se com o príncipe Felipe de Espanha talvez tenha sido a maior aventura da vida de Maria Manuela. A princesa deslocou-se, juntamente com uma comitiva de cortesãos, desde Lisboa para a cidade de Salamanca em 1543, onde seria recebida com festas e cerimônias de altíssima sofisticação. Apesar da máxima pompa descrita em diversos relatos sobre a viagem e a boda, a cerimônia seria realizada sem a presença dos pais dos noivos, representados por seus plenipotenciários.<sup>4</sup>

Enquanto na Espanha a monarquia adotara o incentivo às artes como expressão de poder e glória desde o reinado de Carlos V e Isabel, em Portugal a coroa de D. Catarina de Áustria foi introduzida a correspondência artística entre as casas reais de Portugal, Espanha e os demais troncos Habsburgo na Europa. Graças a essa rede familiar, diversos pintores protegidos pela rainha e seus parentes atuaram como retratistas, realizando pinturas dos descendentes da casa Habsburgo em solo luso-hispânico, flamengo e austriaco (Labrador Arroyo). Pintores como o valenciano Alonso Sánchez Coello (1531-1588) e Cristóvão de Moraes (Serrão, 45-48), entre outros, dedicaram-se à arte do retrato cortesão, desempenhando papel fundamental no registro da imagem de reis, rainhas e infantes de Espanha e Portugal (Jordan-Gschwend 1992; 2017). O retrato da princesa de Maria Manuela é expressão dessa efervescência artística, demonstrando

<sup>4</sup> Sobre o casamento com o príncipe Felipe e a jornada de Maria Manuela até Salamanca há uma produção bastante consistente de estudos que apresentam, inclusive, as relações noticiosas (Nunes; Sousa; García-Bermejo).

também certo ineditismo, já que não há outros desse gênero retratando princesas portuguesas anteriores a ela.



*Imagen 1.* Retrato de Maria Manuela de Portugal  
Museu do Prado – Madrid

Em simultâneo ao incentivo régio dado à pintura de retratos, e outras expressões artísticas como arquitetura e urbanismo, outro elemento fundamental para a circulação de ideias e formas nos reinos de Portugal e Espanha e seus domínios foi a ampliação do uso da imprensa a serviço da monarquia (Megiani 2006, 231-250). Nesse sentido, o processo de avanço e mundialização das ideias e modelos humanistas, clássicos, e mesmo anticlássicos ou maneiristas, estiveram sempre associados a essa revolução da técnica de impressão de textos e imagens, levada ao extremo espacial universal pelas conquistas ultramarinas. É indiscutível que a imprensa proporciona um meio mais rápido e eficaz de ampliar o poder monárquico em relação às obras de pedra, ou ainda pinturas e retratos do início dos quinhentos, favorecendo e promovendo a circulação de conhecimentos e de notícias. A experiência administrativa das instituições sediadas em Lisboa, Sevilha, Valhadolide, Salamanca, Coimbra, entre outras, só pode ser implantada graças à ampla difusão dos mecanismos tipográficos, mas também os manuscritos, que por sua vez ganham enorme difusão a partir da criação e popularização da técnica dos tipos móveis (Bouza 1998; Megiani 2009). Escrever e imprimir torna-se uma forma cada vez mais definitiva de comunicação nesse contexto.

Assim, nota-se que através dos objetos impressos –folhetos, relações de sucessos, avisos, etc.– era possível alcançar com maior agilidade América, Índia e África de forma muito mais homogênea, o que demonstra uma apropriação efetiva da invenção de Gutenberg para fins de dominação, conquista e administração, promovendo a Europa a Ocidente, como afirma Serge Gruzinski. Em pleno auge da extensão e hegemonia do poder no planeta, a Monarquia Hispânica se apropria das principais criações intelectuais e estéticas italianas, bem como a prática e a experiência de navegação dos portugueses, fechando o derradeiro século do Renascimento (Megiani 2004). Contudo, esse

movimento não seria de mão única, e na contrapartida do desejo de dominação, conquista e conversão, revelam-se as relações que produzem cultura híbridas, mestiças, justas e miscigenadas. A experiência e o espírito prático, permeáveis na sua vontade de dominar, foram profundamente marcados pelas tradições dos locais onde se estabeleceram, revelando múltiplas formas de expressão e dinâmicas de circulação desconhecidas (Gruzinski).

### **3. Pliegos poéticos em memória da princesa morta ou a glória do príncipe vivo?**

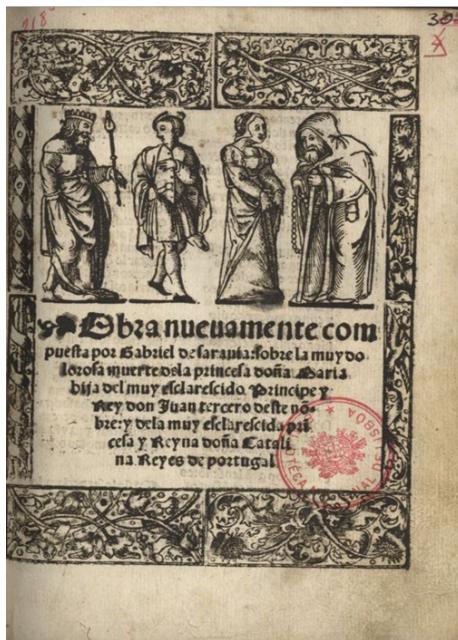
É notável a brevidade e agilidade com que circulavam impressos efêmeros e baratos, como é o caso dos *pliegos poéticos*, mobilizando imagens e ideias muito antigas e conhecidas da grande maioria das pessoas, lugares comuns, tipos consolidados e métricas acessíveis. Sua funcionalidade também chama a atenção, pois eram produzidos para serem lidos de forma coletiva ou em lugares públicos e, ao longo dos séculos têm despertado grande interesse de colecionadores, prática que contribui para a preservação e acesso a esses impressos fugazes. Artistas reconhecidos em seu tempo tiveram seus cancioneiros preservados, ao menos em registro, outros encontram-se no conjunto de compilações e coletâneas de poetas menos célebres, cuja produção segue, geralmente, pouco conhecida, despertando interesse apenas de especialistas. Por se tratar de um acontecimento trágico, com risco de afetar a relação política entre os reinos ibéricos e sua pretendida hegemonia na Europa, a morte de Maria Manuela e o pranto geral que se seguiu em Portugal e Espanha foi cantada por poetas da corte do imperador Carlos V, que serão apresentados adiante, dada sua relevância e interesse pelo conteúdo abordado nos poemas, bem como pelo modo como foram impressos, sua materialidade e imagens utilizadas nos frontispícios.

O primeiro *pliego* dedicado à morte da princesa foi composto por Gabriel de Saravia, poeta supostamente ligado à corte do imperador Carlos V e sobre o qual há exígues informações biográficas. O poema foi impresso como folheto avulso, não se sabe se como ou sem autorização do poeta, intitulado *Obra nuevamente compuesta por Gabriel de Sarauia: sobre la muy dolorosa muerte de la princesa doña María, hija del muy esclarecido príncipe y Rey don Juan tercero deste no[m]bre: y de la muy esclarecida pri[n]cesa y Reyna doña Catalina, reyes de Portugal* (RM 542).<sup>5</sup> O *pliego* editado em formato 4º, em caracteres góticos em duas colunas, contém quatro fólios em frente e verso, incluindo portada e um fólio final em branco (ver reprodução da portada em Imagem 2).

Este *pliego poético*, sem registro de impressor, teria sido gravado na oficina lisboeta de Luis Rodrigues, segundo informações identificadas por Helga María Jüsten (Inventário HMJ/LR 58): “[Lisboa, Luís Rodrigues, depois de 12.8.1545, data da morte de D. Maria, filha de D. João III]”. Jüsten acrescenta a seguinte nota: “Observação: Com material tipográfico da oficina de Germão Galharde; com tarjas novas de Luís

<sup>5</sup> Exemplar digitalizado da Biblioteca Nacional de Portugal que pertenceu à livraria de D. Francisco de Melo Manuel (1773-1851), juntamente com outros *pliegos* do séc. XVI, <http://id.bnportugal.gov.pt/bib/rnod/27793>. Acesso em 11 de nov. de 2025. Sob a sigla RM mais o número correspondente, é dada a referência da entrada no *Diccionario bibliográfico de pliegos sueltos poéticos (s. XVI)*, de Antonio Rodriguez-Moñino (1970), atualizado em 1997 por Askins e Infantes (*Nuevo Diccionario*), e em 2014 por Askins, Infantes e Puerto Moro (*Suplemento*). Este repertório foi revisado e ampliado no *Catálogo Analítico de Pliegos Poéticos Ibéricos de los ss. XV y XVI* (CAPPIXVI) –disponível *on line* em breve– que descreve e analisa o corpus em sua dimensão editorial, textual, iconográfica e musical, partindo da tradição catalográfica de Rodríguez-Moñino, agora apoiado pelas novas ferramentas das Humanidades digitais.

Rodrigues".<sup>6</sup> Da mesma oficina de Rodrigues saiu um segundo *pliego poético* dedicado à morte de Maria Manuela de Portugal, obra de Jorge de Montemayor (RM 383), como veremos adiante.



*Imagen 2. Folha de rosto do pliego de Gabriel de Saravia,  
Lisboa, Biblioteca Nacional: Res.218-4-V*

Além disso, a *Prática de Compadres*, de António Ribeiro Chiado, também impressa por Rodrigues, utilizou o mesmo material de Galharde presente nas imagens da portada do *pliego* de Saravia, de acordo com um estudo inédito de Jüsten, publicado neste dossiê.<sup>7</sup>

A xilografia do cavalheiro que se encontra entre a figura do rei e a figura feminina do pliego de Gabriel de Saravia se vincula com a casa impressora de Germão Galharde, e está referida por Jüsten como FV-G.505 em *A Oficina de Germão Galharde e de sua Viúva. 1519 a 1565* (vol. 2, “Gravuras”). A partir dos estudos de Jüsten sabemos que grande parte do material tipográfico da oficina de Germão Galharde passou a Luis Rodrigues. O reuso e aproveitamento das mesmas pranchas contendo imagens em diferentes impressos, integral ou parcialmente, foi prática comum de impressores ao longo de toda a Época Moderna, seja pela necessidade de redução de recursos em impressos baratos, seja por falta de artesão capazes de realizar o entalhe com precisão. Além disso, a originalidade não era uma preocupação desse grupo de artesões tipógrafos. A circulação dessas imagens é um dos aspectos mais interessantes desse processo de difusão dos escritos breves feitos para circular (Megiani 2019, 535-563).

São diminutas as referências que possuímos sobre o autor do pliego, o poeta Gabriel de Saravia, ou Sarabia. Sua presença no ambiente da corte de Carlos V não está confirmada, sendo conhecida somente a publicação, em 1533, de um *pliego* em louvor do imperador intitulado *Coplas en loor de Carlos V: Impreso en Salamanca en la Calle*

<sup>6</sup> Agradecemos a la Dra. Helga María Jüsten, por meio dos editores, a possibilidade de acesso a esta informação inédita até o momento.

<sup>7</sup> [Lisboa, Luis Rodrigues, 1541-1543, mas antes de 1548] (HMJ[III] - FV 33, neste dossiê: p. 22).

*de los Moros por Rodrigo de Castañeda* (RM 540).<sup>8</sup> Sua obra mais referida, contudo, são os *Disparates*, impressa em Valência em 1540 por Francisco Díaz Romano (RM 538) e posteriormente em cancioneiros coletivos. Também compôs o pliego de conteúdo religioso, *Glosa a dos coplas que hizo un cavallero sobre la fe del buen ladron. Con otras coplas muy contemplativas com los passos de la passion contrahechas*, datada por volta de 1586, impresso por Sebastián Martínez e cujo único exemplar preservado da Biblioteca Nacional de Espanha chama a atenção por ter sido retirada a imagem central da portada, talvez para reutilização ou por algum interesse desconhecido (RM 541.5).<sup>9</sup>

O pliego de Saravia sobre a morte da princesa inicia chamando os ouvintes para o que seria assunto importante. Trata-se de resquício de oralidade em textos de circulação rápida do período e elemento especialmente presente no início das *relaciones de sucesos* em verso que transmitiram os pliegos soltos:

Oygan todos, paren mientes,  
estad atentos a oyr  
a quantos males presentes,  
y sientan todas las gentes  
tan gran mal que es de sentir,  
que el rey y la reyna estando  
en Évora con su corte,  
con gran plazer esperando  
quando le yrían demandando  
albricias de grande porte.  
(fol.1v)<sup>10</sup>

A notícia e pranto sobre a morte da princesa se desenvolve em três partes ao longo do poema. A primeira parte apresenta o paradoxo entre a felicidade sentida pelo nascimento do neto e angústia sobre como foi recebida a notícia da morte da princesa pelos seus pais, D. João III e D. Catarina, e toda a corte. O ocorrido chegou na corte portuguesa, sediada em Évora naquele momento, logo após o feliz correio sobre o nascimento do infante D. Carlos –vale lembrar que Maria Manuela e Felipe eram muito jovens e o nascimento era a garantia da sucessão de ambas as coroas. Atraindo a atenção de leitores e ouvintes, o contraste entre felicidade e tristeza dá o tom trágico e dramático das conversas entre os cortesãos e membros mais próximos do séquito real. São como luz e sombra na pintura.

Ya cumplido su desseo  
que tenían ambos a dos,  
sin haber este rodeo  
le fue venido un correo  
que le avía alumbrado dios,  
y con grande regozijo,

<sup>8</sup> O *Suplemento al Nuevo Diccionario bibliográfico de pliegos sueltos poéticos del siglo XVI* (Askins, Infantes e Puerto) incorpora a descrição deste pliego, editado por Sanz Hermida e conservado em uma Biblioteca particular de Salamanca. Uma brevíssima referência a Gabriel de Saravia como poeta que dedicou elogios ao Imperador encontra-se em Roland Béhar e Mercedes Blanco.

<sup>9</sup> Cf. <http://bnedigital.bne.es/bd/es/card?id=fc33de64-9f8d-4807-afa9-fcbe22a546f7>. Acesso em 11 de nov. de 2025.

<sup>10</sup> As abreviaturas originais foram desmembradas e incluímos pontuação e acentuação para dar ritmo ao texto. A *u* consonântica foi transcrita como *v*, e a *v* vocálica, por *u*; o *y* se manteve em todos os casos. Também foram separadas a aglomeração de palavras segundo o uso atual.

muy público y no secreto,  
luego en la corte se dixo  
la princesa tiene un hijo,  
nuestro rey tiene ya un nieto.

La reyna regozijada  
en ver su hija parida,  
sabiendo que era alumbrada,  
fue en un punto desnudada  
y de otras ropas vestida.  
Luego el rey con los infantes,  
con muchos grandes señores,  
cavalgaron muy triunfantes  
y con ropas muy constantes  
y piedras de mil valores.

(fol. 1v)

Chega então o segundo correio de Valhadolide, recebido secretamente:

[...]  
Y siendo desta manera  
todo lo que se passó,  
a quinze de Julio era  
que con nueva lastimera  
otro correo llegó.

(fol. 1v)

O embaixador Lope Hurtado transmite a notícia ao príncipe D. Luis, irmão do rei:

El qual correo llegado,  
por no publicar manzilla,  
las cartas dissimulado,  
se las dio a Lope Hurtado  
embaxador de Castilla;  
y desque ovo rescebido  
la nueva tan triste amarga,  
contar lo que ovo sentido  
tenemos claro creydo  
que sería cosa muy larga.

El qual noble embaxador  
sab[i]endo lo que sentís,  
lleno de mucho amargor  
se fue con este dolor  
al infante don Luis;  
y le dixo con tristeza,  
lleno de mucha fatiga,  
llorando con aspereza:  
“Nuevas traygo a vuestra alteza  
que no sé cómo las diga”. (fol. 1v)

O príncipe permanece dois dias recolhido refletindo sobre o triste acontecimento. Em seguida, o Bispo Juan Soares relata a fatalidade a D. João III, que cai em pranto profundo.

Ya que la nueva corriendo  
yva por muchos lugares,  
al rey lo fue descubriendo  
un obispo reverendo  
por nombre don Juan Suares;  
con humilde reverencia,  
estando juntos los dos,  
le dixo con diligencia:  
“Vuestra alteza aya paciencia  
que estas son cosas de dios”.

[...]

Luego el Rey con turbación  
quedó fuera de sentido,  
y tan lleno de passión  
que con el alteración  
se quedó como adormido.  
Mucho estuvo que no habló,  
mas ánimo recobrando,  
luego lagrimas vertió  
y en su aposento se entró  
muy grandes sospiros dando.

(fol. 2r)

Temendo ser portador de revelação muito dolorosa, o rei avisa a rainha de forma cautelosa, ocultando a verdade. D. Catarina, contudo, recebe a notícia por seu confessor, padre Villafranca, e começa o pranto geral no interior da família e seus privados, damas e cavaleiros.

En fin que en aquella ora,  
de aquesta pena tan manca,  
aquella reyna y señora  
no fue dello sabidora  
hasta que fue Villafranca;  
y este, que es su confessor,  
diziendo su parecer,  
le declaró su dolor,  
que no pudo ser mayor,  
pues la hizo amortecer.

Estonces fue el gran pesar,  
y la priessa y no el espacio,  
y estonces fue el sospirar,  
y el llorar y solloçar

con las damas en palacio;  
 estonces fueron los lloros,  
 los gritos y las querellas,  
 desecharo los tesoros,  
 messan los cabellos loros  
 mimosos de las donzelllas.

(fol. 2v)

A segunda parte —*Romance*—, de teor mais narrativo, se passa em Valhadolide onde a princesa faleceu. Toda a corte de Felipe e Maria Manuela chora com grande pesar, especialmente o pranto do príncipe Felipe, demonstrado pelo poeta com palavras de dor e desespero:<sup>11</sup>

Año de mil quinientos  
 quarenta y cinco corría,  
 en el mes de Julio era  
 que en Valladolid la villa  
 avía tan grandes llantos,  
 que muy gran temor ponían;  
 llora el príncipe de España,  
 llora la cavallería,  
 lloran duques y marqueses,  
 señores de gran valía,  
 arçobispos y perlados,  
 con toda la clerezía,  
 dueñas, damas y donzelllas  
 de Portugal y Castilla,  
 y el que más lástima pone  
 y llora más a porfía  
 era el príncipe, gritando  
 que los palacios hundía;  
 llorando de los sus ojos,  
 de la su boca decía:  
 “O muerte triste, raviosa,  
 ¿por qué me diste tal día,  
 que me quebraste mi espejo  
 en que mirarme solía?  
 Dexasteme triste y solo,  
 sin mi dulce compañía,  
 ¿dó llevaste mi princesa,  
 mi muger doña María  
 en tan tierna juventud  
 como la suya y la mía?  
 Llevárasme a mí con ella,  
 tuviérale compañía.”

<sup>11</sup> “Pese a la supuesta sequedad de Felipe hacia su mujer, su muerte le dejó devastado, y se retiró a un monasterio. Ni siquiera escribió a su padre durante un mes ‘porque la congoxa y pena con que estaba de hauer recibido una tan gran pérdida no me dio lugar a ello’. [...] No hay razón para dudar de la profundidad de la ‘congoxa y pena’ de Felipe: su esposa sólo tenía diecisiete años de edad y había muerto mientras daba a luz a su hijo” (Parker, 108).

Con estas lastimas grandes,  
 a todos ponía manzilla,  
 unos lloran la princesa  
 y otros lo qu'él dezía,  
 eran tan grandes los llantos,  
 que la villa se hundía,  
 y hasta los niños chiquitos  
 davan grande bozería.  
 El príncipe de quando en quando  
 mil veces s'amortecía,  
 y del que era en sí tornado,  
 con mil solloços dezía:  
 "O reina de Portugal,  
 mi señora, suegra y tía,  
 desque sepáis estas nuevas  
 que rompen el alma mía,  
 romperéis vuestras entrañas  
 y estaréis moriendo en vida..."

(fol. 2v-3r)

A terceira e última parte –*Canción e Otras [otras coplas]*<sup>12</sup>– anuncia o pranto geral das populações de Espanha e outros espaços de domínio e influência política da Monarquia Hispânica, nominalmente indicados: Flandres, Alemanha, Portugal, Aragão, Catalunha e sua fronteira; Biscainos, Florentinos, Italianos, Valencianos, Maiorquinos, Montanhenses, Galegos, Asturianos, Sicilianos:

Llóresse tan grande mal,  
 pues es mal que tanto pesa  
 en ser muerta la princesa  
 que salió de Portugal.

(fol. 3v, *Canción*)

[...] Llore su pena con saña,  
 su desdicha y grande mal  
 toda Flandes y Alemania,  
 y haga llanto en su compañía  
 con tristeza Portugal.

Navarra con Aragón,  
 Cataluña en su frontera,  
 llorando de corazón  
 haga tal lamentación  
 como el cisne en la ribera.  
 Lloren con los castellanos  
 biscaynos, florentines,  
 y también italianos,

<sup>12</sup> Nos *pliegos poéticos* do s. XVI era comum finalizar a notícia em verso com uma *canción* ou com um *villancico* final. Neste caso articulado duplamente com duas composições: “canción”, e “otras” [= *otras coplas*]. Desta forma se sintetiza de forma expressiva e com acompanhamento musical a notícia em verso anteriormente narrada (Puerto Moro, 231).

y los nobles valencianos,  
y también los mallorquines.

Lloren abades y legos  
con bozes muy dolorosas,  
y de llorar queden ciegos  
montañeses y gallegos,  
y las monjas religiosas;  
lloren los asturianos,  
naciones de todas gentes,  
también los cicilianos [sic]:  
dando gritos muy tiranos,  
de sus ojos hagan fuentes.

(fol. 3v, *Otras*)

Por fim, Saravia refere-se ao pranto das coroas aparentadas em outras partes da Europa: sua tia D. Leonor e seu marido Rei da França (Francisco I) e seu tio rei da Hungria:

Rompa el cielo su clamor  
cosa de tanta substancia  
y lloren por esta flor  
su tía doña Leonor  
y el marido rey de Francia.  
Lloren aquel triste día  
que la princesa murió,  
y biua sin alegría  
su tío el buen rey de Ungría  
que tal sobrina perdió.

Fin.

(fol. 3v, *Otras*)

O pliego de Saravia pode ser analisado sob diversos pontos de vista. Por um lado, sob a perspectiva dos recursos e aspectos da materialidade, como é o caso das figuras impressas na folha de rosto, elemento que não está necessariamente relacionado à intenção do autor do texto, e muito mais à disponibilidade de recursos do impressor. Vale destacar que o pliego não possui indicação de patrocínio, o que significa que provavelmente foi realizado às custas da própria casa impressora, e ainda a ressalva do termo “nuevamente compuesta” usado no título, cujo significado demonstra ser obra inédita. Por outro lado, há a questão retórica, tal como vemos nas notícias reveladas no texto pelo duplo correio, contradição explorada tragicamente, já que o nascimento do infante e a morte da princesa são antagônicos em termos dos sentimentos que despertam nas personagens muito próximas dos monarcas portugueses, apresentando detalhes do pranto do infante D. Luís, da rainha, das damas e cavaleiros da corte.<sup>13</sup>

Desse modo, podemos sugerir que a proximidade revelada em termos retóricos, também demonstra o lugar desejado por Saravia como poeta de corte, que aspira reconhecimento diante da condição para expressar o que se passa nos ambientes mais íntimos da casa real. Afinal, todo cortesão deve lançar mão de seus recursos relacionais e, no caso dos poetas, da capacidade de sensibilizar aqueles que ouvem suas canções e

<sup>13</sup> Tal característica é comum na retórica de composições fúnebres.

poemas. Do mesmo modo é evidente que Saravia hiperboliza o pranto do príncipe, trecho mais longo e que salta aos olhos e ouvidos, a exemplo do *Romance sobre la Muerte del Duque de Gandía*, que utiliza a mesma estratégia retórica.

Contudo, o que nos parece mais relevante a ser destacado aqui acerca desse pliego é a questão da propaganda política da Monarquia Hispânica. O poema se desenvolve em dois espaços onde se situam as cortes: Évora–Portugal e Valhadolide–Castela. Vimos, além disso, como a terceira parte foi nominalmente dedicada a cada uma das comunidades linguísticas e geográficas sob governo da Monarquia Hispânica em sua forma compósita, tal como entendida por John Elliot. Nesse sentido, a construção da narrativa do *pliego* anuncia um conjunto de reinos e domínios que serão, de fato, confirmados como heranças do futuro monarca Felipe II e que começam a ser oficialmente transmitidos a ele pelo seu pai em 1548.

Vale destacar, por fim, duas intrigantes ausências no poema. Primeiramente os espaços ultramarinos que não configuram na relação do pranto dos reinos e comunidades, indicando um possível desconhecimento, ou mesmo desinteresse, do poeta com relação a essas partes da Monarquia Hispânica. Desde 1527, pelo Tratado de Saragoça, estava confirmada a posse pelo monarca de Espanha de metade do planeta, de modo que seus domínios se estendiam a oeste da linha de Tordesilhas, desde as Américas até as Ilhas Molucas. Outra ausência gritante e significativa é do imperador Carlos V, não havendo qualquer menção ao seu pranto. Sabemos que na época da morte da princesa (12 de agosto) o imperador encontrava-se fora do reino, como em grande parte da sua vida de monarca, especificamente em Colônia (Foronda e Aguilera, 573). Seria previsível que o autor dedicasse a ele alguma referência ou estrofe, entretanto há um total silêncio.

Algum tempo mais tarde, outro poema em castelhano dedicado à morte da princesa Maria Manuela foi publicado pelo poeta português, residente na corte castelhana, Jorge de Montemayor (c. 1520-1561). De fama muito mais reconhecida do que Saravia, Montemayor foi autor, como se sabe, de *La Diana* (1559) e compôs o pliego *Glosa de diez coplas de don Jorge Manrique hecha por Jorge de Montemayor: sobre la muerte de la muy alta princesa doña María, hija del Rey don Juan tercero de Portugal: dirigidas al muy magnífico & discreto señor Juan da Silva, regidor de Portugal* (RM 383), inserido em uma produção de *pliegos poéticos* relativamente extensa (Montero 2022). Alguns estudos biográficos sobre Jorge de Montemayor apontam para uma possível ascendência cristã nova e seu ingresso na corte castelhana como integrante do séquito da princesa D. Maria Manuela por ocasião de seu casamento (Montero 2002). Na corte castelhana ascendeu rapidamente, exercendo as funções de poeta e músico, tendo permanecido após a morte da princesa na corte da infanta D. Joana, onde teve a oportunidade de demonstrar e ver reconhecido todo seu talento e genialidade. Retornou a Portugal como aposentador-mór de D. Joana quando se casou com o príncipe D. João, irmão de Maria Manuela, em 1552 (Gorostidi Munguía, 15). Segundo Vicenç Beltran (2024), em um estudo recente, outra glosa atribuída a Jorge de Montemayor intitulada *Vida vana y transitória*, fora composta por ocasião do falecimento de príncipe D. João ocorrido em 1554. Também dedicou a primeira edição de seu *Cancioneiro* aos príncipes D. João e D. Joana. Montemayor ainda esteve relacionado aos principais acontecimentos envolvendo traslados da corte de D. Joana e de Felipe II para diversos lugares, exercendo seu talento e arte de compor e representar oportunamente os acontecimentos que se destacavam naqueles ambientes.

O *pliego* de Jorge de Montemayor dedicado à morte de Maria Manuela foi impresso em letras góticas, em 4º e duas colunas ao longo de 12 folios, não constando local e data de publicação. Segundo atribuição tipobiográfica de Helma Maria Jüsten,

apresenta material tipográfico da oficina de Germão Galharde, com tarjas novas de Luís Rodrigues, indicando que deve ter sido impresso depois de 12.7.1545, data da morte de D. Maria (HMJ[III] - FV 35),<sup>14</sup> e antes de 1549, já que não há notícia de impressão pela oficina de Rodrigues posteriores a essa data. A composição glosa as famosas *Coplas* de Jorge Manrique (*c.* 1440-1479) sobre a morte de seu pai (Beltran 1991), então adaptadas ao episódio da morte da princesa e está dedicado a D. Juan de Silva, regedor de Portugal<sup>15</sup> (Montemayor, RM 383), também mencionado em outro *pliego* de princípios os anos 40 do s. XVI composto por Pedro de Aguilar<sup>16</sup>.

Na folha de rosto, o *pliego* de Jorge de Montemayor traz uma gravura que retrata a princesa em seu leito convalescente, segurando o recém-nascido e entregando-o a uma mulher ajoelhada ao lado dela, provavelmente a ama que acolhe o menino. Aos pés da cama há um ermitão com um cajado que pode ser o confessor da falecida, e do lado de fora dessa composição há uma figura que se aproxima da cena, a morte, portando instrumentos de preparação para o esquife e a sepultura: algumas tâbuas, uma pá e uma enxada. A imagem da morte é também muito semelhante à que está impressa no poema de Manrique, com a mesma indicação de preparação da sepultura. Contudo, para além da semelhança com a imagem da morte do poema de Manrique, esta cena parece ser um caso incomum de uma xilografia entalhada especialmente para o pliego de Montemayor, já que, como vimos anteriormente, na maioria dos pliegos geralmente se reutilizavam pranchas de outros impressos.

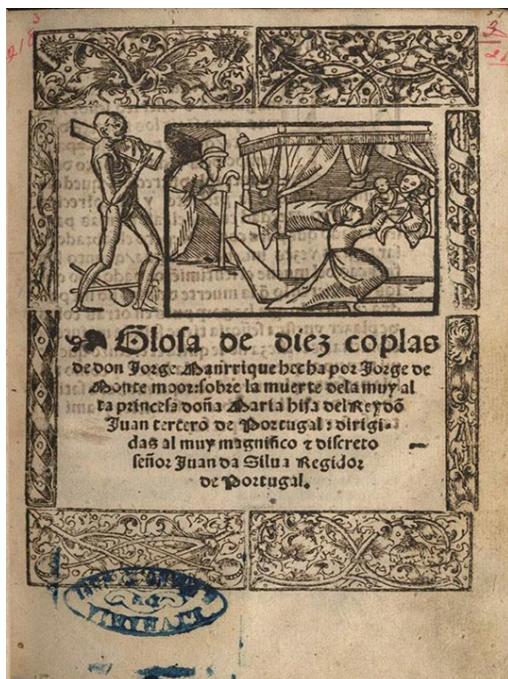


Imagen 3. Folha de rosto do Pliego de Jorge de Montemayor (RM 383)  
Lisboa, Biblioteca Nacional: BNP, Res.218-3-V

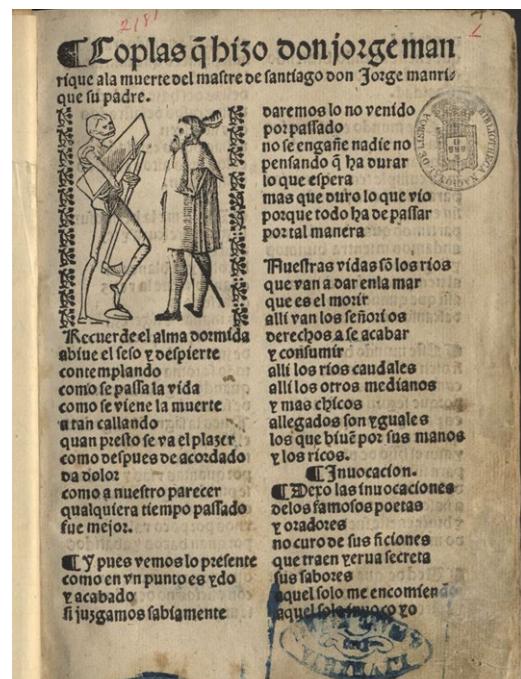


Imagen 4. Folha de Rosto do Pliego de Jorge de Manrique (RM 329)  
Lisboa, Biblioteca Nacional: BNP, Res. 218-1-V

<sup>14</sup> Neste dossier, p. 25.

<sup>15</sup> Segundo a documentação fornecida por Torres Corominas (1337): “Este insigne personaje, VI señor de Vagos, ejerció, entre otros cargos, el de alcalde mayor de Montemôr-o-Velho, localidad natal de nuestro autor [Jorge de Montemayor], además de actuar como consejero de Juan III y regidor das Justicias de Portugal, oficio al que se refiere Montemayor y que don Joao desempeñaría hasta su muerte, en 1557”.

<sup>16</sup> *Glosa nuevamente hecha por Pedro Dagüilar sobre las quatro coplas de Quién dará a los mis ojos lágrimas para llorar.* Disponível em <https://purl.pt/6963>. Pliego datado por Jüsten (2020, 140).

Embora não seja o objeto principal deste estudo, e sobre o qual ainda não temos condições de dedicar uma reflexão mais minuciosa acerca do conteúdo, as referências são muito relevantes com relação ao lugar social do autor no momento de sua composição e publicação, isto é, entre 1547 e 1549. Não se trata de um *pliego poético* comum, mas de uma glossa de Manrique como demonstração de alta cultura e de status de grande poeta de corte.<sup>17</sup> Por outro lado, cantar a morte da princesa portuguesa Maria Manuela, primeira esposa do futuro rei Felipe II, era uma forma de reforçar expectativas de um provável novo casamento entre herdeiros. Além disso, chama a atenção a temporalidade coeva ao *pliego* de Saravia, ambos compostos no mesmo contexto sucessório frustrado pela morte da princesa portuguesa. Nesse sentido, consideramos a necessidade de realizarmos uma análise comparativa mais detida dos dois impressos em outro momento.

#### 4. Conclusões

Durante a primeira metade do século XVI, que corresponde praticamente à era de Carlos V (1550-1558), fortaleceu-se a ideia de um único monarca como governante dos reinos de Portugal e Espanha, embora os constantes conflitos associados à posição de Imperador Habsburgo o tivessem levado muitas vezes para longe. Neste caso não se poderia considerar ainda como uma ausência régia, já que se trata de um tempo no qual o rei comanda os exércitos em nome de seu reino e a ele sempre retorna nos períodos de trégua. Em carta a Maria de Hungria, datada de 1537, o Imperador já lamentava sua situação itinerante: “Eu sou uma só pessoa e não posso estar em todos os lugares. Eu estou onde devo e posso estar, e isso é frequentemente onde eu posso estar e não onde eu gostaria de estar” (*apud* Sallman, 189, tradução nossa).

A transmissão gradual dos domínios europeus por Carlos V para seu filho, iniciada em 1548, foi um passo decisivo para o fortalecimento de uma monarquia que se consolidava como universal e católica, anunciada e propagada desde os tempos da morte da princesa Maria Manuela às vésperas da recepção dos domínios em Flandres. Os pliegos aqui estudados, compostos por Gabriel de Saravia e Jorge de Montemayor, impressos em Portugal no calor desse momento, revelam a dimensão política da arte durante nesse amálgama de reinos em aglutinação. Concebidos em ambientes de cortes que se transformavam, são também a expressão da busca por proteção, reconhecimento e patrocínio.

Carlos V, prematuramente envelhecido e doente, abdicou de seu título em favor do filho Filipe, em Bruxelas, a 25 de outubro de 1555. Seu recolhimento ao singelo Mosteiro de Yuste na região de Extremadura foi, ao mesmo tempo, a prova definitiva do vínculo que estabeleceu com o reino espanhol, e a atitude que determinou a decisão de Filipe II de governar o mundo a partir de Madrid. Para John Lynch (223), “havia algo de simbólico na volta de Filipe à Espanha em setembro de 1559”, quando já se apostava em uma nova união com Portugal, que se concretizaria somente em 1581.

<sup>17</sup> Cf. o estudo de Montero sobre os folhetos poéticos de Jorge de Montemayor (2022).

## Obras citadas

- Askins, Arthur F.-L., e Víctor Infantes. *Suplemento al Nuevo Diccionario bibliográfico de pliegos sueltos poéticos (siglo XVI)*. Edición de Laura Puerto Moro. Vigo: Editorial Academia del Hispanismo, 2014.
- Beltran, Vicenç (ed.). *Coplas que hizo Jorge Manrique a la muerte de su padre*. Edición crítica con un estudio de su transmisión textual. Barcelona: PPU, 1991.
- . “Músicos, letristas y poetas: canto, paráfrasis y glosa en la Edad de Oro. A propósito de ‘Tiempo bueno, tiempo bueno’”. *Boletín de Literatura Oral* vol. extr. n.º 7 (2024): 27-53.
- Béhar, Roland e Mercedes Blanco. “Les Poètes de l’Empereur. La cour de Charles-Quint dans le renouveau littéraire du XVIe siècle (1516-1556).” *e-Spania* 13 (2012). <https://doi.org/10.4000/e-spania.21137> Acesso em 22/11/2025.
- Bennassar, Bartolomé. *Inquisición española: poder político y control social*. Barcelona: Crítica, 1984 (2a ed.).
- . *La España de los Austrias. 1516-1700*. Barcelona: Crítica, 2001.
- Bernard, Carmen e Gruzinski, Serge. “A Europa Imperial.” Em *História do Novo Mundo: da Descoberta à Conquista, uma Experiência Europeia 1492-1550*. São Paulo: Edusp, 1997. 217-267.
- . “Corte es decepción. Don Juan de Silva, conde de Portalegre.” Em José Millán Martínez (dir.). *La corte de Felipe II*. Madrid: Alianza Editorial, 1994. 451-502.
- Bouza, Fernando. *Portugal no Tempo dos Filipes. Política, Cultura e Representações (1580-1668)*, trad. Lisboa: Cosmos, 2000.
- . “María ‘planeta de Lusitania’. Felipe II y Portugal”. Em *Felipe II, un monarca y su época. La monarquía hispánica*. Madrid: Sociedad Estatal para la Conmemoración de los Centenarios de Felipe II y Carlos V, 1998. 105-115.
- . *Imagen y propaganda. Capítulos de Historia Cultural del reinado de Felipe II*. Madrid: Akal, 1998.
- . “Corte es decepción. Don Juan de Silva, conde de Portalegre.” Em Millán, José Martínez (dir.), *La corte de Felipe II*. Madrid: Alianza Editorial, 1994. 451-502.
- Braga, Isabel M. R. Mendes Drumond. *Um espaço, duas monarquias (Interrelações na Península Ibérica no tempo de Carlos V)*. Lisboa: Hugin, 2001.
- Buescu, Ana Isabel. “Aspectos do bilingüismo português-castelhano na Época Moderna.” *Hispania*, 64 (216) (2004): 13-38. <https://doi.org/10.3989/hispania.2004.v64.i216.195>
- CAPPIXVI = *Catálogo Analítico de Pliegos Poéticos Ibéricos de los ss. XV y XVI*, disponible en <[pliegospoeticosxvi.ucm.es](http://pliegospoeticosxvi.ucm.es)> [prevista a publicação em rede nos próximos meses].
- Chiado, António Ribeiro. *Prática dos compadres*. Exemplar da Biblioteca Nacional de Portugal. Disponível em: <<https://purl.pt/6933>>. Acesso em 26 abr. 2025.
- Curto, Diogo Ramada. “Ritos e cerimónias da monarquia em Portugal (séculos XVI a XVIII).” Em Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto (orgs.). *A Memória da Nação*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1991. 201-265.
- Elliott, John Huxtable. *España y su mundo 1500-1700*. Madrid: Alianza Editorial, 1991.
- Foronda e Aguilera, Manuel de. *Estancias y viajes del Emperador Carlos V: desde el día de su nacimiento hasta el de su muerte: comprobados y corroborados con documentos originales*. Madrid: Sucesores de Rivadeneyra, 1914.
- García-Bermejo Giner, Miguel M. “Carlos V, inspirador e inspiración del programa ideológico tras las celebraciones nupciales salmantinas del príncipe Felipe de 1543”. Em *Carolvs Homenaje a Friedrich Edelmayer. Primer Congreso*, 2016.

- Disponível em:  
[<https://cvc.cervantes.es/literatura/carolvs/carolvs\\_01/10\\_garciahermejo.htm>](https://cvc.cervantes.es/literatura/carolvs/carolvs_01/10_garciahermejo.htm). Acesso em 26 abr. 2025.
- Gorostidi Munguía, Juan. *El Cancionero de Montemayor. Edición crítica*. Universidad de Navarra, 2002 [Tesis doctoral].
- Gruzinski, Serge. *Les quatres parties du Monde. Histoire d'une mondialization*. Paris: Éditions de la Martinière, 2004.
- Jordan-Gschwend, Annemarie. “Imagens de Majestade: O retrato de Corte em Portugal, 1552-1571.” Em *Catálogo da Exposição Portugal e Flandres. Visões da Europa 1550-1680*. Lisboa: Secret. de Estado da Cultura/IPPC, 1992. 113-135.
- . *Catarina de Áustria. A rainha colecionadora*. Lisboa: Temas e Debates, 2017.
- Jüsten, Helga Maria. *Para a história da tipografia portuguesa. A oficina de Germão Galharde e de sua viúva, 1519-1565*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2020. 2 vols.
- Jüsten, Helga. “Para um catálogo tipobiográfico de folhas volantes, poéticos e teatrais, impressos em Portugal durante o século XVI. Uma primeira aproximação.” *eHumanista. Journal o Iberian Studies* 65 (2026): 1-41.
- Labrador Arroyo, Félix. “La organización de la Casa de Catalina de Austria, Reina de Portugal (1523-1526).” *Cuadernos de Historia Moderna* 39 (2014): 15-35.
- Lynch, John. *España bajo los Austrias/1. Imperio y absolutismo (1516-1598)*. Madrid: Ediciones Península, 1993 (7a ed.).
- Manrique, Jorge de. *Coplas que hizo don Jorge Manrique a la muerte del maestre de Santiago don Jorge Manrique su padre*. Exemplar da Biblioteca Nacional de Portugal. Disponível em: <<https://purl.pt/6964>>. Acesso em: 17 abr. 2025.
- Megiani, Ana Paula Torres. *O Rei Ausente. Festa e cultura política nas visitas dos Filipes a Portugal (1581-1619)*. São Paulo: Alameda, 2004.
- . “Imprimir, regular, negociar: elementos para o estudo da relação entre Coroa, Santo Ofício e impressores no mundo português (1500-1640).” *Anais de História do Alén-Mar* 7 (2006): 231-250.
- . “Memória e conhecimento do mundo: coleções de objetos, impressos e manuscritos nas livrarias de Portugal e Espanha, séculos XV-XVII.” *Anais do Museu Paulista* 17.1 (2009): 155-171.
- . “‘Escritos breves para circular’: Relações, notícias e avisos durante a Alta Idade Moderna (sécs. XV-XVII)”. *Varia Historia* 35 (2019): 535-563.
- Moll, Jaime. “El taller sevillano de Carpintero y algunas consideraciones sobre el uso de las figuritas”. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2013, a partir do original publicado em: Civil, Pierre (coord.). *Siglos dorados: Homenaje a Agustín Redondo*. Madrid: Castalia, 2004. 975-983. Disponível em: <<https://www.cervantesvirtual.com/nd/ark:/59851/bmc795x3>>. Acesso em: 17 abr. 2025.
- Montemayor, Jorge de. *Poesía completa*. Ed. Juan Bautista de Avalle-Arce, con la colaboración de Emilio Blanco. Madrid: Fundación José Antonio de Castro, 1996.
- Montero, Juan. “Jorge de Montemayor, castillan de élction”. *La littérature d'auteurs d'auteurs portugais en langue castillane. Arquivos do Centro Cultural Gulbenkian* XLIV (2002): 75-84.
- . “Nuevas acerca de Jorge de Montemayor, poeta en pliegos. I. Los pliegos de Montemayor en su contexto cortesano y literario.” *Bulletin Hispanique* 124.1 (2022): 247-260.

- Nunes, Sofia Vieria Martins. *A infanta Maria de Portugal (1527-1545) e as festas do Renascimento*. Dissertação de Mestrado. Fac. de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa, 2021.
- Parker, Geoffrey. *Felipe II*. Barcelona: Ed. Planeta, 2018.
- Puerto Moro, Laura. “La relación de catástrofes naturales y sobrenaturales como profecía anti-turca en pliegos sueltos poéticos del s. XVI.” Em Pierre Civil, Françoise Crémoux e Jacobo Sanz Hermida (eds.). *España y el mundo mediterráneo a través de las relaciones de sucesos (1500-1750)*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2008. 225-236.
- Rodríguez-Moniño, Antonio. *Diccionario bibliográfico de pliegos sueltos poéticos (siglo XVI)*. Madrid: Castalia, 1970.
- Rodríguez-Moniño, Antonio. *Nuevo diccionario bibliográfico de pliegos sueltos poéticos (siglo XVI)*. Edição corrigida e atualizada por Arthur F.-L. Askins y Víctor Infantes, Madrid: Castalia/Editora Regional de Extremadura, 1997.
- Sallmann, Jean-Michel. *Charles Quint: L'Empire éphémère*. Paris: Ed. Payot, 2000.
- Sanz Hermida, José María (ed.). *Coplas en loor de Carlos V: [Pliego de Cordel] Impreso en Salamanca en la Calle de los Moros por Rodrigo de Castañeda*. Salamanca: Ediciones Diputación de Salamanca, 2000.
- Serrão, Vitor. *A pintura maneirista em Portugal*. Lisboa: Biblioteca Breve, 1991 (3<sup>a</sup> ed.).
- Sousa, Antonio Caetano de. “Diário da Jornada da Infanta D. Maria Princeza de Asturias.” Em *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa (1744)*, Tomo III, 1<sup>a</sup>. Parte. Coimbra: Atlândida Livraria Ed., 1984. 141-211.
- Torres Corominas, Eduardo. “Jorge de Montemayor: un heterodoxo al servicio de la Monarquía hispana.” En José Martínez Millán y Manuel Rivero (coords.). *La Corte en Europa. Política y Religión (siglos XVI-XVIII)*. Madrid: Ediciones Polifemo, 2012, vol 2. 1329-1373.
- Vicente, Gil. *Obras completas*. Porto: Lello & Irmão, 1965.